



ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM COMUNIDADE RIBEIRINHA ATINGIDA POR BARRAGEM

Anthropology and Heritage Education in a riverside community affected by a dam

Antropología y Educación Patrimonial en una comunidad ribereña afectada por una represa

Givanilton de Araújo Barbosa¹

Resumo: O presente estudo analisa a proposta de Educação Patrimonial em comunidade atingida por barragem. Revisa seus objetivos geral e específicos como o reaver o patrimônio cultural material e imaterial, do estudo dos fundamentos e princípios da Educação Patrimonial em sala de aula e como se deu o levantamento de fotografias antigas. Já a metodologia se amparou na revisão bibliográfica e da sistematização dos resultados da proposta, de observação da relação escola e comunidade e de oficinas em sala de aula. Como resultados levantaram-se um conjunto de imagens e de seu estudo minucioso, de identificação do Patrimônio Cultural com apoio da comunidade escolar, apresentação da Educação Patrimonial e suas contribuições por meio de oficinas consecutivas. Por fim, a experiência de Educação Patrimonial em sala de aula se revelou enriquecedora, pois aproximou a Universidade e Comunidade no fortalecimento de vínculos e da identidade local, vindo a contribuir para o exercício do Patrimônio-Cidadania.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Ribeirinhos. Atingidos por barragem. Patrimônio Cultural. Fotografias.

¹ Mestre em Antropologia Social e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e graduando de Pedagogia: Educação do Campo pela mesma instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7215509323122028> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6953-6204> E-mail: gab2@academico.ufpb.br

Artigo submetido em: 07 de março de 2024.

Artigo aceito em: 04 de abril de 2024.

Artigo publicado em: 22 de abril de 2024.



Abstract: This study analyzes the proposal for Heritage Education in a community affected by a dam. It reviews its general and specific objectives, such as recovering material and immaterial cultural heritage, studying the foundations and principles of Heritage Education in the classroom and how old photographs were collected. The methodology was based on the bibliographical review and systematization of the proposal's results, observation of the school and community relationship and classroom workshops. As results, a set of images and their detailed study were created, identifying Cultural Heritage with the support of the school community, presenting Heritage Education and its contributions through consecutive workshops. Finally, the experience of Heritage Education in the classroom proved to be enriching, as it brought the University and the Community closer together in strengthening ties and local identity, contributing to the exercise of Heritage-Citizenship.

Keywords: Heritage Education. Ribeirinhos. Hit by dam. Cultural heritage. Photographs.

Resumen: Este estudio analiza la propuesta de Educación Patrimonial en una comunidad afectada por una represa. Se repasan sus objetivos generales y específicos, como la recuperación del patrimonio cultural material e inmaterial, el estudio de los fundamentos y principios de la Educación Patrimonial en el aula y la forma en que se recogieron fotografías antiguas. La metodología se basó en la revisión bibliográfica y sistematización de los resultados de la propuesta, observación de la relación escuela y comunidad y talleres presenciales. Como resultado, se creó y estudió en detalle un conjunto de imágenes, identificando el Patrimonio Cultural con el apoyo de la comunidad escolar, presentando la Educación Patrimonial y sus aportes a través de talleres consecutivos. Finalmente, la experiencia de Educación Patrimonial en las aulas resultó enriquecedora, pues acercó a la Universidad y la Comunidad en el fortalecimiento de los vínculos y la identidad local, contribuyendo al ejercicio de la Patrimonio-Ciudadanía.

Palabras-clave: Educación Patrimonial. Ribeirinhos. Golpeado por presa. Patrimonio cultural. Fotografías.

Introdução

No Brasil o modelo de desenvolvimento capitalista pode afetar diversas camadas sociais na sociedade, a exemplo disso, constata-se a implantação de barragens hidrelétricas em rios, no mesmo tempo ocorrem às inundações das áreas ribeirinhas que por ventura residem inúmeras comunidades no percurso desses rios.

Logo, são comunidades camponesas tradicionais que por anos construíram suas vidas e constituíram patrimônios culturais materiais e imateriais na localidade, assim sendo, tendem a se deslocarem para reassentamentos vindo a ocorrer às rupturas de práticas culturais materiais e imateriais do lugar ribeirinho e reconstrução delas em reassentamentos.

Ou seja, as reconstruções dos patrimônios culturais por vezes exigem diversas mobilizações entre elas, da memória coletiva, relatos orais, de grupos organizados por meio de coletivos culturais. Um desses caminhos pode se dar através da Educação Patrimonial onde os educadores e educadoras podem envolver a comunidade e sua escola no intuito de reaver o patrimônio cultural da comunidade através de práticas pedagógicas

Por conseguinte, este estudo foi fundamentado na Educação Patrimonial com o amparo da Antropologia e da Educação do Campo² considerando o papel da escola para a difusão do saber e fazer cultural do lugar, incentivando os sujeitos da comunidade a valorização de suas culturas material e especialmente a imaterial articuladas a memória coletiva do grupo, a identidade, território e sentimento de pertencimento com o lugar.

Neste sentido, estudo parte dos princípios da Educação Patrimonial, da Antropologia e da Educação do Campo que são entendidos como necessários ao processo formativo escolar dos sujeitos, no intuito de fortalecer os vínculos com as memórias do lugar visando a ressignificação contextualizada dos modos de vida da comunidade.

Dessa maneira, este estudo analisa as contribuições da Educação Patrimonial a partir da realidade local da escola municipal de ensino infantil e fundamental 1 José Bezerra de Lima localizada no reassentamento agrovila de atingidos por barragem denominado sítio Cajá situado na zona rural do município de Itatuba no agreste do Estado da Paraíba. Contou com o público alvo a comunidade escolar com o apoio da Universidade Federal da Paraíba por meio de ações de extensão universitária ocorridas em 2018, onde esta experiência vem tecendo reflexões teóricas e práticas.

Uma característica base levada em consideração foi de que a escola funcionava desde 2002 em ambiente provisório sem condições adequadas de conforto escolar. O prédio destinado para a escola se encontrava inacabado em obra paralisada desde 2013. A escola foi construída, a partir disso nos motiva a manter o estudo dessa temática tendo a escola como patrimônio cultural material e imaterial da comunidade.

Dito isto, a pergunta problema principal é: Qual a importância de estudar e pesquisar a Educação Patrimonial em comunidade atingida por barragem? Quais as contribuições que a Educação Patrimonial pode oferecer para a comunidade que foi deslocada e vive em reassentamento? Ou seja, a finalidade foi o estudo da trajetória da comunidade quando era

² O presente estudo refere-se à análise do projeto e de seus resultados de extensão universitária que foram realizados durante o ano de 2018 intitulado “Educação Patrimonial, Imagem e Memória: em busca de registros fotográficos de comunidade ribeirinha atingida por barragem no município de Itatuba-PB”, ele foi aprovado pela Pró-reitora de ação comunitária (prac/coex- UFPB), por meio do edital 03/2018 via o “Programa UFPB no seu município” da Universidade Federal da Paraíba. O projeto contou com a coordenação dos Professores Dr. João Martinho Braga de Mendonça (CCAE/DCS/PPGA-UFPB) e da Professora Dra. Maristela Oliveira de Andrade (CCHLA/DCS/PPGA-UFPB), juntamente com o bolsista que foi Givanilton de Araújo Barbosa.

ribeirinha, através de pesquisa do Patrimônio cultural local, sendo adotado o recorte temporal de 1950 até o ano 2000.

Em suma, no ano de 2000 iniciou-se a implantação da barragem, no mesmo tempo o processo de remoção da comunidade de seu lugar de origem para o reassentamento chamado pelo Estado de “agrovila”, em função da implantação da barragem de Acauã (Argemiro de Figueiredo) na bacia hidrográfica do rio Paraíba-PB.

A barragem localizada no município de Itatuba-PB faz fronteira com os municípios de Salgado de São Félix, Aroeiras e Natuba, todos do mesmo Estado. É destinada ao abastecimento de água para aproximadamente 17 centros urbanos, inclusive o segundo maior centro urbano do Estado, a cidade de Campina Grande. Ainda comporta o “canal Acauã-Araçagi” destinado a transportar água para a região do brejo paraibano. A barragem tem sido também destinada para produção em pequena escala da agricultura familiar, pecuária e piscicultura.

Após 24 anos do ocorrido, a comunidade ainda vive em processo de resignificação de seus modos de vida e de sua cultura semelhante à de quando era ribeirinha. Tal condição envolve a reconfiguração da identidade do atual território, e isto decorrerá pela memória para a reconstrução contínua do novo lugar. Esta reconfiguração identitária é prejudicada pela falta dos equipamentos urbanos como espaços de convivência e de celebrações

Neste sentido, com a desterritorialização gerou a “perda” da memória do lugar, quando os bens materiais coletivos, como igrejas, escolas, praças, cemitério foram inundados, assim como os espaços privados de produção agrícola e de criação de animais.

Outra que o patrimônio cultural material foi submerso nas águas da barragem, já o patrimônio cultural imaterial também foi prejudicado pelo deslocamento territorial, de modo que espera-se que seu resgate pode ser através do estudo antropológico e da Educação Patrimonial tendo a escola da comunidade como o espaço de fortalecimento de vínculos podendo vir a contribuir para evidenciar o patrimônio cultural do lugar ribeirinho para novas gerações em reassentamento.

As contribuições deste estudo também podem ajudar a evidenciar este patrimônio das famílias, no mesmo tempo buscando dar sentido de pertencimento à comunidade ribeirinha em reassentamento em formato de agrovilas. Outro detalhe se caracteriza pelos resultados

alcançados para que possam investir em suas reivindicações de modo a recuperar seus espaços de convivência e os modos de vida que desapareceram pela falta deles no novo espaço habitado.

Portanto, objetivou-se, neste estudo, a análise da experiência de Educação Patrimonial numa escola municipal de ensino fundamental 1 com alunos e alunas de uma turma de 4º e 5º anos numa escola localizada em reassentamento agrovilas de famílias atingidas por barragem.

Já os objetivos específicos desta presente análise ativeram-se para identificar a Educação Patrimonial através de estratégias pedagógicas tomando como reflexão a comunidade quando era ribeirinha através do uso de fotografias; reaver o patrimônio cultural da antiga localidade ribeirinha buscando envolver alunos e suas famílias para coleta de registros fotográficos sobre o lugar ribeirinho; do levantamento de fotos por oficinas, a partir dos alunos com relatos dos parentes mais velhos sobre vivências coletivas de festas e da vida cotidiana vivida pelas famílias no lugar ribeirinho, antes do deslocamento; e realização de uma exposição fotográfica na escola com o intuito de envolver a comunidade e sua escola na aquisição da inteligibilidade.

Devo assinalar meus vínculos com o lugar ribeirinho “sítio Cajá de Itatuba-PB” e posteriormente no reassentamento “agrovila”, onde morei minha infância e adolescência até meus 17 anos de idade, bem como minha formação escolar da alfabetização até a 4ª série na escola da comunidade grupo escolar José Bezerra de Lima, e a partir da 5ª série me deslocava para a zona urbana no intuito de dar continuidade aos estudos na escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Rodrigues de Ataíde na cidade de Itatuba. Assim, meus vínculos na comunidade e na cidade continuam pela relação de parentesco com os parentes que ali residem, bem como das relações sociais que ao longo desse tempo foram construídas pela reciprocidade e cordialidade, na qual mantenho.

A proposta de realização de ação de extensão com base na educação patrimonial nesta área do município de Itatuba foi pertinente tendo em vista a necessidade de produzir um material visual com a ajuda dos alunos e moradores relacionados ao território, identidade e memória da comunidade ribeirinha em seu território de origem vivido em um período de 50 anos. Material que deverá ser organizado e disponibilizado na escola da comunidade para que novas gerações possam ter acesso a essa memória do território ribeirinho.

Após o deslocamento da comunidade, é de suma importância realizar estudos dessa natureza para produzir um material sistematizado relacionado ao patrimônio cultural local ribeirinho que foi construído pelas gerações anteriores podendo tal material ser difundido na escola da comunidade para que novas gerações possam ter acesso, iniciem o processo da tomada de posse de sua herança cultural e histórica e assim possam perceber o valor em fazer parte dela estabelecendo os laços de pertencimento.

Ou seja, a Educação Patrimonial poderá contribuir para sensibilizar a comunidade para reaver a memória dos espaços de convivência, através das fotografias como um suporte material para a permanência da memória. Neste sentido, com a desterritorialização gerou a “perda” da memória do lugar, quando os bens materiais coletivos, como igrejas, escolas, praças, cemitério foram inundados, assim como os espaços privados de produção agrícola e de criação de animais.

Pressupostos metodológicos e teóricos

A metodologia adotada se sustentou na revisão da proposta de Educação Patrimonial e desse trabalho coletivo com base no saber local (GEERTZ, 1997) e do envolvimento da comunidade escolar, na elaboração da proposta e da implantação na comunidade, das oficinas em sala de aula, no levantamento fotográfico a partir da colaboração da escola através de oficinas com conteúdos voltados para a compreensão do que seja patrimônio cultural.

Foram adotadas práticas metodológicas participativas e dialógicas como a realização das oficinas em rodas em sala de aula; oportunizando a interação de alunos e alunas e professores e posteriormente a interação entre seus familiares, tiveram como atividades a coleta de registros fotográficos com seus parentes sobre práticas individuais e ou coletivas relacionadas com a comunidade quando era ribeirinha.

Também foi proposto para ao longo e final do projeto uma exposição fotográfica na escola dos registros fotográficos coletados e uma possível excursão para o centro histórico cultural de João Pessoa-PB e para o museu da usina cultural Energisa na capital, porém essas práticas não foram efetivadas, ou seja, reafirmando as contribuições da Educação Patrimonial na escola da comunidade Saballa (2007, p. 23) destaca que “a interação dos estudantes com os bens culturais locais é fator de construção e afirmação de identidade cultural”.

Os procedimentos metodológicos para este estudo contaram com o apoio da metodologia qualitativa sem desconsiderar dados quantitativos (MARTINS, 2004), também foi guiada pela pesquisa qualitativa conforme apresentada Minayo (1994),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operação de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Também teve o amparo da Etnografia, conforme destaca Laplatine (2007),

A etnografia é a construção direta, e a mais minuciosa possível, dos fenômenos que observamos, por uma impregnação duradoura e contínua e um processo que se realiza por aproximações sucessivas. Esses fenômenos podem ser recolhidos tomando-se notas, mas também por gravação sonora, fotográfica ou cinematográfica (LAPLATINE, 2007, p. 25).

Ou seja, a etnografia é a prática antropológica, que pode contribuir para identificar grupos sociais e suas práticas no seu cotidiano como as culturais, sociais, políticas etc individuais e coletivas e como elas se organizam num determinado território. Portanto, a etnografia pode ser constituída por diversas práticas como a escrita, a visual por fotografias antigas e atuais, sonoras e audiovisuais, desenhos e outras.

Características da Educação Patrimonial

O patrimônio cultural é estabelecido a partir das relações sociais historicamente construídas. Já a escola possui um papel fundamental para transpor o conhecimento do senso comum sistematizando-o ao saber escolar. Neste sentido, é essencial a transmissão dos conhecimentos culturais para novas gerações como processo formativo sobre o que é tangível e intangível. O patrimônio cultural está relacionado intrinsecamente com a memória e identidade no constante processo de formação dos sujeitos ao longo de suas vidas.

A proposta da Educação patrimonial é promover a integração de diferentes grupos sociais constituintes de uma dada comunidade, objetivando a motivação de ações que possibilitem a emergência de diferenciadas proposições e estabelecimento da defesa e ativação da memória. O que busca é a tomada de consciência das comunidades sobre a relevância da geração, valorização e resguardo de patrimônios culturais locais. É a recorrência ao cultivo da sensibilidade da população como forma de instrumentalizá-la dentro de seus universos comuns para identificação, entendimento e préstimo ao patrimônio cultural no seu âmbito de atuação (SABALLA, 2007, p. 23).

Quando se dedica a estudar educação patrimonial, a escola é um fator de grande relevância para difundir esta modalidade de ensino na comunidade. Podemos caracterizar educação patrimonial em patrimônio histórico cultural material e imaterial.

O patrimônio material está associado a materialidade e patrimônio cultural imaterial associa-se às manifestações culturais populares no saber e fazer construído historicamente permanecendo memorável de geração a geração; “O patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação” (ROCHA, 2012, p. 2).

Segundo Rocha (2012, p. 2) “No Brasil, as primeiras medidas oficiais surgiram em 1936, a partir de um anteprojeto de Mário de Andrade e alguns intelectuais da época, com suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, através da criação do SPHAN-Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Já “a Educação patrimonial é apresentada como uma proposta interdisciplinar de ensino que é voltada para a valorização e conservação do patrimônio histórico cultural”.

A educação patrimonial envolve intrinsecamente construções de identidade, de culturas, configurações, reconfigurações territoriais e sentimento de pertencimento que diz respeito a memória local historicamente em construção, transformação e reconstrução (ROCHA, 2012, p. 3).

O processo de construção da identidade e sentimento de pertencimento se dar a partir das relações sociais na produção de culturas e sociabilidades em um determinado território geograficamente delimitado podendo influenciar outros territórios em seu entorno. Essa construção identitária não acontece por acaso, ela é construída por relações significativas estabelecidas pelo indivíduo ser um Ser social em busca de realizações, se organizam coletivamente para dar sentido aos significados.

O passado só permanece “vivo” através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória “viva” (ALBERTI, 2004: p. 15 Apud ROCHA, 2012, P. 03).

A cultura expressa um modo de ser ou modo de comportamento que passa a ser cultura quando o indivíduo tem o contato com o outro dentro de um processo de conscientização sobre algo, da construção da subjetividade, da construção da linguagem em

um contexto que pode sofrer transformação ao longo dessa produção de cultura podendo ganhar dimensão em contato com outras culturas.

Assim, “o patrimônio cultural como locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade”. As noções de patrimônio cultural estão vinculadas às de lembrança e de memória, que são fundamentais no que diz respeito a ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais (ROCHA, 2012, p.3). Ou seja, segundo Rocha (2012) “estudar a constituição da memória está intimamente ligada à construção da identidade” (p.4).

Memória e resistência cultural – a escola precisa ajudar a enraizar as pessoas em sua cultura: que pode ser transformada, recriada a partir da interação com outras culturas, mas que precisa ser conservada; porque nem é possível fazer formação humana sem trabalhar com raízes e vínculos; porque sem identificar raízes não há como ter projetos. Isto quer dizer que a escola precisa trabalhar com a memória do grupo e com suas raízes culturais (CALDART, 2004, p. 10).

Ou seja, segundo Caldart, (2004), é preciso fazer a “reconstrução crítica de suas próprias tradições culturais” (p.10). Desse modo, faz necessário lembrar a importância da escola e comunidade escolar para coletivamente construir para valorizar o que tem de herança cultural no processo educativo contínuo interdisciplinar e transversal.

A ocorrência do processo de remoção das famílias ribeirinhas para reassentamento localizado em terras áridas e inférteis, vale destacar o processo de desterritorialização, pois o território (Souza e Pedon, 2007, p. 126), “é considerado como apropriação resultante do imaginário, da identidade social e de uma cultura, que constitui o locus da vivência da experiência do indivíduo com sua socialização e mobilização para uma ação coletiva.”

Associado ao conceito de territorialização pelo fato das famílias estarem estabelecidas no lugar, vindo a ocorrer a desterritorialização forçada havendo perdas irreparáveis e reterritorialização significa afirmar o processo de ressignificação dos modos de vida em terras áridas e sem terras para produzir, ou seja, atualmente a comunidade caminha no propósito de definição de uma nova territorialidade como conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo entre os grupos sociais (Souza e Pedon, 2007, p. 128).

Para esses autores, o território é um espaço de relações de poder, mas também é palco das “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” eles também

afirmam que deve se compreender a territorialidade como o conjunto daquilo que se vive pelo conjunto no cotidiano, as relações de trabalho, familiares, comunitárias, de consumo, de tal modo a não homogeneizar a sociedade (p. 131).

A memória tem o papel fundamental neste processo por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (ROCHA, 2012, p. 3).

Sobre a construção da identidade no território Souza e Pedon (2007) infere que é um processo que se constrói ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentimento de pertencimento do indivíduo ou grupo com seu espaço de vivência e este sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como locus das práticas onde se tem o enraizamento de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território (p. 136).

Os fundamentos da Educação Patrimonial vinculam-se diretamente com envolvimento com a preservação de bens culturais e resgate da memória, é uma ação social, na medida em que visa à transformação a caminho da construção da consciência identitária, cidadã às diversidades regionais, manutenção da ativação das tradições locais (SABALLA, 2007, p. 23).

Por fim, podemos afirmar que o território, identidade territorial está intrinsecamente relacionado ao sentimento de pertencimento, da participação e construção coletiva dando origem a uma solidariedade social que leva à construção de um processo de desenvolvimento local.

No caso da comunidade camponesa reassentada não é diferente, é preciso ter uma mobilização coletiva para que a reivindicação de seus direitos seja atendida pelos setores a que competem. É nesta reflexão crítica no campo da produção de cultura local que Laplatine (2007), dá ênfase numa abordagem antropológica inclusiva que objetiva levar em consideração as múltiplas dimensões do ser humano em sociedade (p. 16), o projeto de alteridade.

Os princípios básicos da Educação Patrimonial, alicerçam o binômio Patrimônio-Cidadania, proporcionando o debate acerca da importância do direito à memória, consagrando aos sujeitos comuns a oportunidade de agir no esforço de destituir a memória-poder via agregação e socialização da memória coletiva, quando as lembranças são compartilhadas, vivenciadas por grupos em sua pluralidade e legadas a sucessivas gerações (SABALLA, 2007, p. 23).

Conforme apresentado por Saballa (2007), vale destacar a importância de evidenciar na comunidade a noção do “Patrimônio-Cidadania”, ou seja, um estudo aprofundado

transdisciplinar com apoio da Antropologia, Sociologia, Ciência Política, da História, da Geografia e das demais disciplinas como a língua Portuguesa podendo fazer com que se construa práticas pedagógicas de escritas e leituras com os discentes em sala de aula com o tema Educação patrimonial da comunidade, podendo vir a identificar esse patrimônio cultural material e principalmente o imaterial que reside nas lembranças na memória coletiva e ela pode ser acessada através de relatos orais e histórias de vida, em suma, trata-se do direito ao acesso a esse patrimônio local com a finalidade de formação dos sujeitos locais sobre suas culturas e fortalecendo o exercício da cidadania.

Caracterização da área de estudo

O reassentamento “agrovila” sítio Cajá fica situado a cerca de 122 km da capital João Pessoa. Na caracterização da área de estudo trata-se de uma comunidade rural do município de Itatuba que vivia na região do afluente rio Paraíba, onde os moradores praticavam a pesca artesanal, coleta de frutos e fortes laços com a agricultura familiar de subsistência, sendo que esta rotina durou até o ano de 2000, assim, inicia-se o processo de rompimento e perdas irreparáveis com o lugar, encontrando-se desde então em situação de atingidos.

Com cerca de 5 km de distância da área ribeirinha, o reassentamento “agrovila” é formado por casas de placas pré-moldada de baixa qualidade construídas pelo Estado inaugurada em 2002, vivem aproximadamente 450 habitantes em média de 140 famílias em terras áridas sem condições adequadas de moradia sem contar com equipamentos públicos adequados como escola e posto de saúde que funcionam em ambiente provisório, não possui frequentemente abastecimento adequado de água potável e nem se quer reconstruíram o cemitério da comunidade. Boa parte das moradias foi adaptada e no percurso de 16 anos foram construídas novas moradias no entorno da “agrovila” pelos próprios moradores.

Por volta de 2012 iniciaram a construção de dois prédios destinados a escola e posto de saúde que atualmente encontram-se inacabados. Em 2014 a comunidade recebeu calçamento de paralelepípedo nas principais ruas, de modo que, dando aspectos urbanos à comunidade do campo. As condições de geração de trabalho e renda não são favoráveis, não há mais terras para plantar, tornando-se vulneráveis se comparado com a condição vivida

antes em terras férteis. Não há arborização adequada para a qualidade do ar e de vida no ambiente.

Não existe a prática regular adequada da agricultura por falta de terras férteis, embora as famílias criem animais soltos ou nos quintais das próprias moradias. Há baixo número de famílias que possuem a prática do cultivo de hortas em casa. Vale lembrar a existência de uma associação de pequenos produtores rurais da comunidade criada em 1989 e realocada no reassentamento. Atualmente a associação encontra-se “desativada” fechada sem exercer sua função social na comunidade.

O entorno da “agrovila” é cercado com arames farpados, porteiras e “mata burro” (uma espécie de ponte instalada ao lado da porteira que impede a passagem de animais para outra propriedade rural). A comunidade atualmente não possui terras férteis para o cultivo adequado da agricultura e restrições para criação de animais. Em seu entorno se encontram propriedades rurais de criação de bovinos de corte, gado de leite, ovinos, búfalos, e de agroindústria.

Atingidos por barragem

De modo geral, foi estudo de forma mais aprofundada o movimento dos atingidos por barragem, sendo um dos movimentos sociais do campo, caracteriza-se e define-se através de seu conceito afirmativo, ou seja, afirma-se que:

A despeito de normas que asseguram direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais aos atingidos por barragens, a efetivação dos mesmos somente tem ocorrido devido a enorme pressão exercida pelos movimentos sociais. O conceito de atingido e as formas de reparação são questões tratadas de maneira não uniforme, gerando tratamento não isonômico nas várias regiões do país, estando a exigir uma normatização específica (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana Comissão Especial “Atingidos por Barragens, 2007, p. 22).

Vale lembrar que o movimento de atingidos por barragem iniciou-se a partir da construção de empreendimentos hidrelétricos para a produção de energia elétrica. Assim, posteriormente, construções de barragens para abastecimento de água de centros urbanos.

Para Santos (2015 apud VAINER, 2008 p. 116), o conceito de “atingido” diz respeito ao reconhecimento e legitimação de direitos de seus detentores. Ou seja, para os autores é

“estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária”. O termo atingido é disputado em diferentes instâncias (SANTOS, 2016, p. 116).

I - no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios;

II - no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra hegemonia na sociedade;

III - no meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito

O início do processo histórico dos atingidos se deu no período de redemocratização política, iniciado em final dos anos de 1970, permite a emergência das primeiras reivindicações dos atingidos pelas grandes obras por reparações, a resposta do Estado passa a se materializar mais através de ações indenizatórias, do que na perspectiva de construção de direitos e de justiça ambiental. É necessário considerar, então, se a disputa pelo preenchimento da noção de “atingido” por barragens representa elemento estratégico no processo de afirmação de direitos humanos e de que forma isso se dá (SANTOS, 2015, p. 116).

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) surge de lutas espontâneas e locais, como resposta à política nacional de energia de matriz hidrelétrica, que desalojava compulsoriamente os moradores de áreas a serem atingidas ou com o alagamento do reservatório, ou com a construção da estrutura das barragens em si (SANTOS, 2015, p. 117).

Outro conceito de atingido segundo Santos (2016, p. 117), é pelo fato dos empreendimentos do setor hídrico considerado como importantes para o desenvolvimento dos negócios e da economia brasileira, já a população atingida por esses empreendimentos é tratada pelo poder dominante como “empecilho ao progresso e, acudadas em locais mais desvalorizados e impróprios ao trabalho”.

A qualidade da terra que conseguem comprar ou para onde são reassentados quase nunca tem as mesmas propriedades e qualidades que a terra anterior, que foi desocupada pelo empreendimento. A perda da qualidade de vida na realidade da população atingida, que inclui a perda de qualidade ambiental.

O surgimento de categoria social “atingidos” segundo Santos (2015, p. 122), também está relacionada à construção de identidades individuais e coletivas de interações sociais, políticas e culturais de um povo que se constroem ao longo da vida apresentando como forma de resistência individual e coletiva.

A coleta de fotografias

Parte das fotografias antigas foram coletadas, cerca de 12, através de uma oficina em sala de aula, onde a proposta foi de estudantes pesquisarem com seus familiares e parentes fotografias antigas sobre a comunidade quando era ribeirinha. O resultado dessa oficina foi bastante satisfatório, pois rendeu a apresentação da questão local a de atingidos por barragem, da apresentação e importância da Educação Patrimonial na comunidade e abordagens de levantamento do patrimônio cultural da comunidade por diversas formas, fotografias antigas, relatos orais, histórias de vida, relatos de estudantes sobre suas práticas cotidianas na comunidade como jogar bola, roçados, barreiros, hortas de seus avós, pesca, o que plantam e criam na comunidade etc.

Uso de fotografias em sala de aula

A coleta e o uso de fotografias consistiram na identificação de como era o território ribeirinho. O uso de fotografias, segundo Silva (2015) possui o intuito de construção das lembranças e da memória local individual e coletiva do lugar vivido. Pesquisar a memória local através da oralidade com os idosos será necessário e imprescindível nesta oportunidade. Neste sentido, segundo Schmidt e Mahfoud (1993, p. 288), a memória é sempre construída em grupo, mas é também um trabalho individual do sujeito. Neste sentido caracteriza-se que “a rememoração pode formar-se em imagem e como tal permanecer e tornar-se lembrança viva”.

Silva (2015), Schmidt e Mahfoud (1993) esclarecem que a memória, lembrança e imagem podem estar associadas ao grupo social de referência no qual o indivíduo já fez parte e estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se porque fez parte do seu passado. Defendem também que, a vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às

imagens, que constituem a lembrança, ou seja, “a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida em um determinado contexto social”.

Para Schmidt e Mahfoud (1993, p. 289), a memória é o trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os “quadros sociais” nos quais a lembrança e a memória podem permanecer articuladas entre si. Assim, “a memória coletiva é o trabalho que um determinado grupo social realiza”, ou é acometido por ele, organizando as lembranças em quadros sociais comuns e o acervo de lembranças compartilhadas que forma a memória coletiva.

Desse modo, a memória coletiva adapta-se às imagens de acontecimentos antigos e crenças às necessidades do presente; bem como, na memória coletiva o passado é permanentemente ou constantemente reconstruído fazendo-se existir enquanto é ressignificado (p. 293).

Já o conceito de fotografia segundo Silva (2015) aborda a importância enquanto documento, registrando e representando a memória e a história construídas pelo homem ao longo do tempo. “Comportamento humano pelo qual se ocupa em produzir registros de acontecimentos que marcaram a sociedade, como também, o indivíduo integrante da coletividade” (p. 4).

As fotografias contribuem na construção da história e memória registrando acontecimentos e posteriormente podendo provocar o resgate das lembranças dos envolvidos nas imagens retratadas. Se faz necessária a fotografia e memória no processo de construção do elo entre ambas para associação de um fato ocorrido (SILVA, 2015, p. 17).

Ou seja, a Educação patrimonial (HORTA, 2000, p. 29, Apud SABALLA, 2007, p. 23), trabalha no sentido de que os sujeitos tomem contato com os patrimônios de suas localidades, a fim de assentar em bases sólidas a identidade cultural, com apropriação e valorização de heranças, sendo assim o patrimônio cultural se manifesta como um conjunto de bens e valores tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos, sítios, ritos, celebrações, hábitos e atitudes.

Considerações finais

Com base no estudo antropológico, pode identificar os grupos sociais e suas práticas culturais e identitárias e outras num território. A partir disso, foram destacadas também as contribuições da Educação Patrimonial na formação dos sujeitos e na busca para evidenciar a memória, a identidade local individual e coletiva, no fortalecimento de vínculos com o lugar construído socialmente e historicamente.

A partir das ações de Educação Patrimonial em sala de aula permitiram que a comunidade escolar tivesse uma abordagem da visão de mundo buscando interagir com o patrimônio cultural da comunidade ribeirinha, na qual essa memória coletiva possa ter sido evidenciada vinda a contribuir na memória local e no fortalecimento do passado vivo.

Outro debate se deu sobre o modelo de desenvolvimento capitalista e urbano em que resultam em crises econômicas, deslocamentos sociais e como a implantação de barragens nos rios para fins diversos como abastecimento de centros urbanos e produção de energia elétrica, isso vindo a deslocar inúmeras comunidades ribeirinhas tradicionais resultando, assim, nas rupturas e deslocamentos inclusive do desmantelamento de seus patrimônios culturais tangíveis ou intangíveis, ou seja vindo a reconstrução social desses patrimônios em reassentamentos.

Referências

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, 07 de fevereiro de 2007. *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Link de acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

BRASIL. *Política de Educação do Campo*. Decreto 7.352, de 4 de novembro de 2010.

Conselho de defesa dos direitos da pessoa humana: comissão especial criada pela resolução nº 26/06. *Relatório das atividades de visita ao Estado da Paraíba e aos assentamentos decorrentes da implementação da barragem de acauã*. Relatora: Heloisa Elaine Pigatto e relator: João Paulo de Campos Dorini. Paraíba, 07 de maio de 2007. Consultado em 12/10/2016. Link para acesso: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/relatorios/relatorio-c.e-atingidos-por-barragens>

CALDART, Roseli Salete. *Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo*. in: MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo (Organizadoras). Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo.

Brasília-DF, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5). Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=27>.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MOLINA, Mônica Castagna. *O campo da educação do campo*. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo. 2004 (Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5). Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. 05-Jul-2005.

GEERTZ, Clifford. *O saber local. Novos ensaios em Antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAESBAERT, R. *Identidades Territoriais*. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. cap.7, p. 169-190.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HAESBAERT, R. *Território, Poesia e Identidade*. In: HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2006. cap.8, p. 143-158.

JUNIOR, José Ribamar Carvalho Ferreira; PENA, Fabiola da Silva; MACEDO, Thiago de Melo e LIMA, Maria do Socorro Reis. *Projeto além dos muros: A educação patrimonial como base para a valorização e preservação da cultura, memória, memória e identidade da comunidade de Santa Bárbara do Pará*. file:///C:/Users/User/Desktop/Downloads/355-994-1-PB.pdf%20projeto%20educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimonial%20e%20mem%C3%B3ria%20comunidade%20Par%C3%A1.pdf

LAPLATINE, François. *Aprender Antropologia*. Tradução Marie-Agnès Chauvel; prefácio Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MATTOS, CLG. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. *Metodologia qualitativa de pesquisa*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: 21º, Vozes. 1994 (2002).

REIS, Maria José. *O Movimento dos Atingidos por Barragem: atores, estratégias de luta e conquistas*. Anais do II seminário nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Nucléo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. ISSN 1982-4602. file:///C:/Users/Aluno/Documents/MAB-MARIA%20JOS%C3%89%20REIS%20(autora).pdf

ROCHA, Thaíse Sá Freire. *Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF*. 2012. http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf

SOUZA, Edevaldo Aparecido. PEDON, Nelson Rodrigo. *TERRITÓRIO E IDENTIDADE*. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007. <https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=31&acao=exibir> Consultado em 10/08/2017.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. *Memória coletiva e experiência*. Psicologia USP, São Paulo, 4(1/2), p. 285-298, 1993.

SILVA, Ivânia Claudia da. *A fotografia como documento e sua importância na memória humana*. JOÃO PESOA-PB: UFPB, 2015.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. *O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania*. Revista Direito e práxis. Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, 2015, p. 113-140 <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12698/12409>

SABALLA, Viviane Adriana. *Educação patrimonial “Lugares de memória”*. Revista Mouseion – Volume 1, Junho de 2007. http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Lugares%20de%20Memoria%20SABALLA_V.pdf